

**XXV CONGRESSO DO CONPEDI -  
CURITIBA**

**SOCIEDADE, CONFLITO E MOVIMENTOS SOCIAIS**

**ANTONIO CELSO BAETA MINHOTO**

**SILVANA SOUZA NETTO MANDALOZZO**

Todos os direitos reservados e protegidos.

Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

#### **Diretoria – CONPEDI**

**Presidente** - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UNICAP

**Vice-presidente Sul** - Prof. Dr. Ingo Wolfgang Sarlet – PUC - RS

**Vice-presidente Sudeste** - Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim – UCAM

**Vice-presidente Nordeste** - Profa. Dra. Maria dos Remédios Fontes Silva – UFRN

**Vice-presidente Norte/Centro** - Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes – IDP

**Secretário Executivo** - Prof. Dr. Orides Mezzaroba – UFSC

**Secretário Adjunto** - Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto – Mackenzie

**Representante Discente** – Doutoranda Vivian de Almeida Gregori Torres – USP

#### **Conselho Fiscal:**

Prof. Msc. Caio Augusto Souza Lara – ESDH

Prof. Dr. José Querino Tavares Neto – UFG/PUC PR

Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini Sanches – UNINOVE

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva – UFS (suplente)

Prof. Dr. Fernando Antonio de Carvalho Dantas – UFG (suplente)

#### **Secretarias:**

**Relações Institucionais** – Ministro José Barroso Filho – IDP

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho – UPF

**Educação Jurídica** – Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues – IMED/ABEDI

**Eventos** – Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta – FUMEC

Prof. Dr. Jose Luiz Quadros de Magalhaes – UFMG

Profa. Dra. Monica Herman Salem Caggiano – USP

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo – UNIMAR

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr – UNICURITIBA

**Comunicação** – Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro – UNOESC

---

S678

Sociedade, conflito e movimentos sociais [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UNICURITIBA;

Coordenadores: Antonio Celso Baeta Minhoto, Silvana Souza Netto Mandalozzo – Florianópolis: CONPEDI, 2016.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-5505-372-6

Modo de acesso: [www.conpedi.org.br](http://www.conpedi.org.br) em publicações

Tema: CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: o papel dos atores sociais no Estado Democrático de Direito.

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Brasil – Congressos. 2. Sociedade. 3. Conflito. 4. Movimentos Sociais. Congresso Nacional do CONPEDI (25. : 2016 : Curitiba, PR).

CDU: 34



## XXV CONGRESSO DO CONPEDI - CURITIBA

### SOCIEDADE, CONFLITO E MOVIMENTOS SOCIAIS

---

#### **Apresentação**

No Grupo de Trabalho “Sociedade, Conflito e Movimentos Sociais I” foram apresentados diversos trabalhos envolvendo temas atuais e interessantes que se manifestam na contemporaneidade. A abordagem da maioria dos trabalhos se deu de uma forma interdisciplinar, o que demonstra a riqueza na construção dos artigos e a importância destes novos assuntos, especialmente no tocante a existência de conflitos, suas possíveis soluções, além de proposições de novos marcos para a explicação dos modernos movimentos sociais que existem em nossa sociedade. A seguir serão enumerados os trabalhos veiculados no congresso, seguindo-se a ordem de apresentação:

O trabalho “Violência Institucionalizada: Os conflitos que permeiam a sociedade do Século XXI”, escrito por Albo Berro Rodrigues e Ivo dos Santos Canabarro, abordou a questão de violência religiosa no Brasil, através de uma análise histórica, demonstrando a existência de preconceito étnico e violência existentes no Brasil.

O trabalho “Terrorismo de Estado” no contexto da sociedade brasileira, escrito por Antonio Celso Baeta Minhoto, analisou aspectos do terrorismo enquanto fenômeno em suas diversas áreas, fazendo também uma análise histórica evolutiva dele, conceituando-o como “elemento marcante de manifestação humana”.

O trabalho “Protagonismo dos Movimentos Sociais como atores internacionais na sociedade em rede globalizada”, cujos autores foram Isadora Kauana Lazaretti e Giovanni Olsson, apresentou a conceituação de atores internacionais e os movimentos sociais como seu protagonista, como atores emergentes que se intensificaram com a globalização e sua atuação com o uso das redes.

O trabalho “Impacto dos Movimentos Sociais brasileiro no sistema jurídico de combate ao crime organizado, custos de transações e protagonismo do Poder Judiciário decorrentes”, cujo autor foi Sandro Luiz Alves de Moura, sustentou a existência de dois tipos de movimentos sociais, quais sejam, perenes e ocasionais, analisando aqueles relacionados a produção legislativa de combate ao crime organizado no Brasil, nos últimos 5 anos, e o protagonismo do Poder Judiciário, além de outros fatores.

O trabalho “Constitucionalismo, democracia e a tensão insuperada – Como a litigância estratégica em defesa do casamento homoafetivo nos Estados Unidos superou a hipótese do backlash”, de autoria de Alessandra Prezepiorski Lemos, demonstrou a definição do fenômeno do backlash, e sua utilização em matéria de casamento homoafetivo em outro país. Demonstrou a importância de uma decisão progressista, onde posteriormente há uma movimentação popular para discutir o assunto.

O trabalho “Instrumentos para a captação de demandas sociais e o exemplo das influências culturais nas políticas públicas voltadas para o grupo LGBT”, cujos autores foram Marco Antonio Turatti Junior e Felipe Ferreira Araújo, abordou a necessidade de articulações de ações governamentais que percebam os problemas e demandas sociais, visando a melhoria da qualidade de vida dos grupos vulneráveis, neste caso voltadas ao grupo LGBT.

O trabalho “Cristo gay crucificado: movimento LGBT, religião e liberdade de expressão”, cujos autores foram Ricardo Adriano Massara Brasileiro e Thiago Lopes Decat, analisou sob a ótica da Teoria do Direito, dois casos recentes afetos às comunidades LGBT ocorridos no Brasil – em 2011 e 2015, analisando a teoria liberal para enquadramento destas questões, realizando uma abordagem crítica.

O trabalho “Criminalização da Política e dos Movimentos Sociais”, de autoria de Maysa Carvalho Dos Reis Novais e Larissa Leilane Fontes de Lima, analisou a política de repressão do Estado Brasileiro em relação às manifestações sociais, fazendo um resgate histórico dos meios de pacificação utilizados desde o período da Regência até os dias atuais.

O trabalho “A ocupação dos espaços públicos à luz de Walter Benjamin e Chantal Mouffe”, cujos autores foram Lívia de Meira Lima Paiva e José Antonio Rego Magalhães, abordou a questão das ocupações dos espaços públicos por diferentes atores da sociedade civil não satisfeitos com o poder público. Demonstrou que essas ocupações interrompem a representação e inauguram uma nova tomada de decisões na democracia.

O trabalho “Direito de resistência e movimentos sociais: o agir coletivo na concreção da cidadania”, de autoria de Luan Guilherme Dias e Lucas De Souza Leheld, demonstrou a possibilidade de utilização do direito de resistência, que concretiza a cidadania, especialmente em ações de desobediência civil, fortalecendo a democracia. Mencionou que este direito existe desde o Código de Hamurabi e possui legitimidade histórica.

O trabalho “A justiciabilidade dos direitos humanos como forma de superação da violência institucional, de autoria de Manuel Maria Antunes De Melo, demonstrou que as instituições

jurídicas não são capazes de romper com a violência institucional. Abordou o fato do crescimento desta espécie de violência, o que desafia o ideal de Aristóteles, “de viver bem, para e com os outros, em instituições justas”.

O trabalho “Reconhecimento, diferença e subjetividade étnica”, cujos autores foram Laira Correia De Andrade e Paulo Raimundo Lima Ralin, estudou a questão da compreensão da subjetividade e analisou posteriormente a identidade enquanto movimento na história, que se transforma. Analisou a questão concreta da tribo indígena dos Xocós e a sua questão de identidade.

O trabalho “Medo da violência urbana e segregação na cidade: Um estudo de caso do Fórum Abelardo Penna em Uberlândia/MG”, de autoria de Carolina Guerra e Souza, partiu de uma indignação pessoal, analisando o fechamento do entorno do Fórum de Uberlândia (Palácio da Justiça Abelardo Penna), segregando o espaço público. Demonstrou que o posicionamento segregacionista está distante para se tornar uma solução viável para o medo e a insegurança.

O trabalho “Os movimentos sociais e sua participação na criação e desenvolvimento do SUS no Brasil”, de autoria de Paulo Roberto De Souza Junior, analisou a participação dos movimentos sociais na área da saúde no Brasil. Demonstrou que esses atores nasceram entre as décadas de 60 a 90, tendo como meta a luta por políticas e programas que garantam a igualdade e a universalidade do direito à saúde, situando historicamente o SUS, especialmente a partir da Constituição Federal.

O trabalho “A influência dos movimentos sociais para a consolidação do acesso à Justiça no Brasil: Um estudo de caso do movimento nacional de luta contra AIDS”, de autoria de Adriana Andrade Miranda e Silvana Beline Tavares, analisou de forma crítica a atuação do movimento nacional de luta contra AIDS na garantia do acesso à justiça para estas pessoas. Demonstrou que há uma reivindicação do grupo de acometidos, que não conseguem resolver o problema de preconceito, quer individualmente, quer coletivamente.

O trabalho “Atores sociais da esfera pública: o papel dos movimentos sociais e partidos políticos na efetivação de direitos humanos e no reconhecimento”, de autoria de Joyce Santos De Oliveira, enfocou a importância do papel dos partidos políticos e movimentos sociais na articulação discursiva dos direitos humanos, ampliando o potencial destes direitos e da democracia.

O trabalho “A crise do Estado nacional: Democracia e cidadania”, de autoria de Norma Sônia Novaes Campos e Hernani Martins Junior, demonstrou a crise mundial do Estado Nacional,

emergindo crise política com insatisfações. Especificou que começam a existir canais de comunicação alternativos.

O trabalho “A emancipação social em prol de uma gestão adequada do conflito”, cujos autores foram Ricardo Alejandro Lopez Tello e Adriana Silva Maillart, enfocou a utilização de meios consensuais de resolução de conflitos como instrumentos de colaboração para a transformação e emancipação da sociedade. Analisou a utilização da Sociologia, na gestão de mecanismos consensuais de resolução de conflitos, realizando a liberdade e autonomia dos indivíduos. Apregoa a solução dos conflitos pelas próprias partes, que é melhor do que a decisão judicial.

O trabalho “Pluralismo jurídico de António Manuel Hespanha: Um estudo do Decreto Presidencial nº 8.243/2014 à luz da teoria da ação comunicativa de Habermas”, cujos autores foram Clayton Moreira de Castro e Samir Alves Daura, analisou os consensos comunitários que seriam possíveis por meio da Política Nacional de Participação Social, instituída pelo Decreto mencionado, conhecido como “decreto bolivariano de Dilma”. Mencionou que o Estado hoje não é a única fonte de poder e a Constituição Federal fomenta a participação popular nas políticas públicas.

O trabalho “Os movimentos sociais como alternativa para a efetivação da participação cidadã no Estado Democrático de Direito”, cujos autores foram Elisaide Trevisam e Julio Trevisam Braga trouxe uma reflexão sobre os movimentos sociais na participação dos cidadãos no estado Democrático de Direito, realizando um contexto histórico desde a década de 70. Trouxe como proposta um debate sobre as possíveis alternativas de participação política na atualidade social e política. Mencionou que estes movimentos acabam se fortalecendo para se tornarem mediadores de uma crise política.

Prof. Dr. Antonio Celso Baeta Minhoto – UNICSUL

Profa. Dra. Silvana Souza Netto Mandalozzo - UEPG

**MEDO DA VIOLÊNCIA URBANA E SEGREGAÇÃO NA CIDADE: ESTUDO DE CASO DO FORUM ABELARDO PENNA EM UBERLÂNDIA/MG**

**VIOLENCE AND SEGREGATION IN THE CITY: A CASE STUDY OF FORUM ABELARDO PENNA IN UBERLÂNDIA-MG**

**Carolina Guerra e Souza**

**Resumo**

Este trabalho tem por objetivo analisar a segregação do espaço público e sua privatização em nome da violência, usando como referência o fechamento do entorno do Fórum de Uberlândia (Palácio da Justiça Abelardo Penna), localizado próximo à Praça Sérgio Pacheco. Essa investigação será feita sob suas perspectivas principais: a criação de espaços coletivos, mas de uso privado e a apropriação do espaço público pelo privado que incrementa a segregação e alimenta a violência urbana. Nota-se, por fim que a postura segregacionista está longe de se revelar uma solução viável para o medo e a insegurança.

**Palavras-chave:** Privatização do espaço public, Segregação, Violência

**Abstract/Resumen/Résumé**

This paper aims to analyze the segregation on public space created under the paradigm of violence. To reach this objective, will be analyzed the case of Fórum of Uberlândia (Palácio da Justiça Abelardo Penna), which was enclosed in 1997. The analysis will be done under two arguments: the first one is that the creation of public spaces with a private use increases the segregation and the second is this fact increases the violence. Finally is concluded that this segregationist posture is far from a real solution to violence and insecurity.

**Keywords/Palabras-claves/Mots-clés:** Privatization, Public space, Segregation, Violence



um estacionamento, o Estacionamento Abelardo Penna, gerenciado pela OAB Uberlândia<sup>1</sup> e de acesso para Advogados e Estagiários.

Conforme relata inventário realizado no ano de 2007<sup>2</sup>, estas grades foram inseridas em 1997, já que “com a inauguração do Terminal Central do SIT<sup>3</sup>, todo o seguimento da praça onde se localiza o edifício foi fechado por grades metálicas, justificadas pela necessidade de segurança devido ao aumento do fluxo de pedestres na região. Essa solução contradiz o projeto que liberava o solo para a circulação de pedestres”. (Uberlândia, 2007).

O que ocorreu nos arredores do Fórum de Uberlândia é algo semelhante ao que se observa com os condomínios fechados: constroem-se muros nos condomínios, aumenta-se o fluxo em shopping *centers*, clubes, escolas privadas, etc., na busca pela tão aclamada segurança.

Mas essa moeda tem um revés: ele não reduz a violência e, ao contrário, aumenta a segregação além de mudar a relação dos indivíduos com o espaço público na medida em que este não é mais um espaço comum, mas um espaço cada vez mais segregado. É esta saída ideal para a segurança pública? Enfrentar a violência urbana com a segregação do espaço, apesar de parecer única saída, não pode considerado como a solução mais adequada para o problema da violência.

Assim este artigo busca investigar o fechamento do espaço no entorno do Fórum sob suas perspectivas principais: a criação de espaços coletivos de uso privado que cultiva o imaginário de que a segregação é uma boa forma de controle da violência e a apropriação do espaço público pelo privado que incrementa a segregação e alimenta a violência em relação à população que não pode acessar tais espaços. Para isso, este artigo se encontra dividido em duas seções além desta introdução. A primeira apresenta um histórico do Edifício em estudo e, a segunda é uma revisão da teoria sociológica que analisa o tema. Por fim, são apresentadas a síntese e conclusões deste trabalho.

## **2 BREVE HISTÓRICO DE CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO**

Conforme consta do Inventário de proteção do Acervo Cultural – Município de Uberlândia - realizado no ano de 2007, o Fórum de Uberlândia (Palácio da Justiça Abelardo Penna) teve sua construção iniciada em dezembro de 1972 e finalizada em maio de 1977. O

---

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://www.oabuberlandia.org.br/oabudia.qps/Ref/PAIA-6JDBMK>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

<sup>2</sup> Disponível em: <[http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms\\_b\\_arquivos/5537.pdf](http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/5537.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2016.

<sup>3</sup> SIT - Sistema Integrado de Transporte.

novo edifício buscava atender às necessidades de ampliação do edifício uma vez que o imóvel anterior, localizado na Praça Tubal Vilela (à época, Praça da República), não permitia mais o adequado atendimento as necessidades da Comarca.

O primeiro edifício destinado a abrigar o Fórum funcionou de 1892 a 1922 e se localizava na Rua Marechal Deodoro esquina com a rua Vigário Dantas no bairro Fundinho, núcleo histórico da cidade.

Apesar de, na década de 20 se cogitar a idéia de se construir o edifício do Fórum na Praça da Liberdade (atual Clarimundo Carneiro) no lugar do Coreto ao lado do Palácio dos Leões (hoje Museu Municipal), projeto que não vingou. Em 1922, portanto, foi inaugurado o novo Palácio da Justiça, em estilo eclético, na Praça da República (hoje Tubal Vilela) na gestão do então presidente do Estado de Minas Gerais, Artur da Silva Bernardes. Em 02 de outubro de 1966 é dado o nome Abelardo Penna a esse edifício em homenagem ao juiz municipal Abelardo Moreira dos Santos Penna que exerceu o cargo entre 1919 e 1922. (Uberlândia, 2007)

O segundo Forum, localizado na Praça da República, era um dos maiores edifícios públicos do Município, ficava no centro da cidade lugar onde se começava a concentrar a maioria das atividades públicas e privadas da cidade. Além disso, a localização do Forum buscava afirmar a então Praça da República como um espaço de caráter cívico (Gonzaga, 2009, p. 29).

Gonzaga (2009, p. 29), também aposta que, somente após cinquenta e cinco anos, o segundo edifício passou a não mais comportar o número de processos judiciais os quais aumentaram com o crescimento cada vez mais acentuado da cidade e da população. Assim o antigo segundo edifício se tornou inadequado para atendimento da população e da crescente demanda. A mesma autora aponta que havia também uma busca pela construção da imagem de uma cidade que expressasse a modernidade e ordem desejados tanto pela população quanto pelo Poder Público.

Em 1972, após um longo processo de discussão, o edifício do Fórum teve seu Projeto Arquitetônico elaborado pelos arquitetos Roberto Pinto Manata e José Laender de Castro para ocupar um quarteirão de forma irregular delimitado pela Avenida João Naves D'Ávila, Avenida Floriano Peixoto, Avenida Afonso Pena e rua Cel. Antônio Alves, onde se localiza a Praça Oswaldo Cruz.

Anteriormente, a região hoje ocupada pela Avenida João Naves era o local por onde passava a Estrada de Ferro Mogiana. Discussões referentes à ampliação da cidade de Uberlândia nas décadas de 1960 e 1970 levaram a transferência da estrada de ferro dessa região para o Norte da cidade nos limites do Bairro Umuarama e do Bairro Custódio Pereira,

onde se localiza atualmente. É denominada Estrada de Ferro Centro Atlântica, nome da atual concessionária da referida estrada de ferro.

Inicialmente, a retirada da estrada de ferro iria permitir a criação de uma praça, Centro Administrativo (Prefeitura e Câmara) e o Fórum, todos reunidos criando o “Centro Cívico” para a cidade de Uberlândia. Devido às divergências e acirrada disputa política pela apropriação e uso da área, foram propostos três projetos urbanísticos para a Praça Sérgio Pacheco, pelos prefeitos em períodos distintos (1962, 1972 e 1973). Em 1973, quando do Governo do Prefeito Renato de Freitas (1974-1978), o já consagrado paisagista Roberto Burle Marx foi convidado para elaborar o Projeto da Praça Sérgio Pacheco, através do escritório carioca de Ary Garcia Roza, o qual foi realizado parcialmente.

Aqui uma observação importante deve ser feita. O terceiro edifício do Fórum de Uberlândia seria construído como parte de um Centro Cívico. Esta tipologia tem um grande significado na arquitetura, principalmente por fazer referência a edifícios monumentais, que costumam permitir a construção de obras ousadas formalmente. Inicialmente, os poderes executivo, legislativo e judiciário eram tratados como únicos e por isso geralmente se situavam no mesmo local. As edificações possuíam por isso uma arquitetura imponente, para evidenciar a autoridade máxima e poder supremo. Mesmo em 1930, quando se instituiu as prefeituras, as construções continuavam imponentes e geralmente remetiam ao período e a colonização de cada local.

O Centro Cívico, ideário subjacente à construção do Fórum Abelardo Penna, surgiu como conceito no Brasil na década de 40, através do projeto da Cidade dos Motores no Rio de Janeiro, feito pelos arquitetos americanos da Town Planning Associates: Josep Lluís Sert e Paul Lester Weiner. O primeiro arquiteto brasileiro a projetar um Centro Cívico foi Affonso Eduardo Reidy, sua proposta era transformar a área do morro Santo Antônio (RJ). Porém o primeiro Centro Cívico a ser construído na Arquitetura Moderna do Brasil foi o de Curitiba. Projetado por uma equipe comandada pelo Arquiteto curitibano David Xavier de Azambuja, em 1951. Deve-se destacar que o projeto de um centro cívico, mais que um conjunto administrativo, tem como elemento fundamental de destaque a praça.

Quando da execução do projeto urbanístico, o Fórum já se encontrava em construção e foi integrado ao conjunto paisagístico, principalmente pela definição de piso em pedra portuguesa e da vegetação (ver Figura 02), já que o projeto arquitetônico propôs a utilização

---

<sup>4</sup> Um projeto em 1962, de autoria de João Jorge Coury, o segundo em 1972 projetado por uma equipe de arquitetos locais: Elifas Martins, Arlen Simão e Paulo de Freitas, o terceiro, em 1973 projetado pelo escritório carioca de Ary Garcia Roza e o já consagrado Roberto Burle Marx.

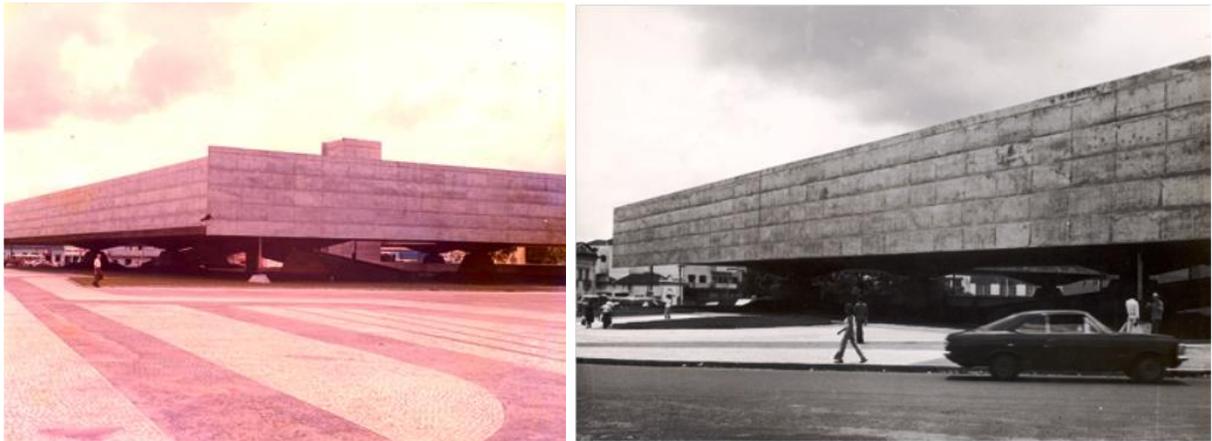
do térreo como uma grande praça pública coberta que se prolongava para o exterior ampliando este espaço como uma grande praça, que foi denominada de Praça Professor Jacy de Assis. A citação abaixo reforça a importância deste equipamento público para a cidade.

Implantado na área central de Uberlândia, o Palácio da Justiça ocupa um espaço bastante representativo do contexto de crescimento da cidade, uma vez que a Praça Sérgio Pacheco foi construída no terreno onde anteriormente se encontrava a primeira estação ferroviária de Uberlândia. Esta, embora fundamental no crescimento da cidade, com o tempo tornou-se obstáculo para a expansão da malha urbana naquela direção. Com isso, a estação foi demolida e outra edificada no bairro Custódio Pereira. O vazio deixado por esta ação foi pensado por vários projetos para sua ocupação que buscaram sempre congregar ali os três poderes da esfera municipal. Um dos projetos, concebido por Ary Garcia Rosa e Roberto Burle Marx, para a Praça Cívica de Uberlândia, foi executado parcialmente, também nos anos de 1970. Apenas o edifício do Fórum – dos três poderes previstos para a Praça Cívica – foi construído sendo que, atualmente, ocupa também o espaço, que fora projetado como praça, o Terminal Central do Sistema Integrado de Transporte Coletivo de Uberlândia. (CAPELLO e PAIVA, 2014, p. 17).

O Fórum está implantado no centro do terreno, desvinculado de qualquer construção por todos os lados. Conforme apontado por Capello e Paiva, o prédio adota os princípios da arquitetura brutalista paulista da década de 1970, buscando a verdade e a pureza da forma na estrutura. Entre suas características arquitetônicas, nota-se o caráter urbano do edifício. Ademais de se inserir no contexto do brutalismo paulista, tem-se a construção de um edifício cujo grande volume elevado se impõe como uma grande cobertura que cria uma enorme praça pública coberta.

E para finalizar além das características já apontadas em nossa análise retomaremos outras citadas inicialmente para definir as obras de Artigas como brutalista, pois achamos que se encaixariam também no edifício do Fórum: uma linguagem áspera decidida, apresentada pela expressão da matéria no uso do concreto aparente e dos materiais em seu estado bruto, preocupações com o espaço interno unificado e organização racional com um sentido estético, dando a obra um significado no plano de desenvolvimento de uma cidade, ou seja, de uma sociedade e trazendo para uma região questionamentos quanto aos usos estabelecidos e regulamentos em relação aos espaços públicos e privados. (CAPELLO e PAIVA, 2014, p. 17).

Como descrito anteriormente, a formação do espaço público formado pela cobertura do prédio pode ser claramente observada pela Figura 2, foto da época da construção do Fórum, onde se destaca o cuidadoso desenho de paginação de piso em pedra portuguesa em duas cores (branco e rosa), característica dos painéis artísticos de Roberto Burle Marx.



**Figura 2: Fórum de Uberlândia, década de 1970.**

Fonte: Capello e Paiva, 2013.

Como aponta o Inventário (Uberlândia 2007), na década de 1990 foram realizadas intervenções de conservação e, em 1997:

com a inauguração do Terminal Central do SIT, todo o seguimento da praça onde se localiza o edifício foi fechado por grades metálicas, justificadas pela necessidade de segurança devido ao aumento do fluxo de pedestres na região. (Uberlândia 2007, p. 02).

Essa solução contradiz o projeto que liberava o solo para a circulação de pedestres e que se integrava através de praças.

Indispensável apresentar a situação atual do edifício, com grades que excluem a população de um espaço antes idealizado como uma praça pública. Como se vê pelas imagens a seguir, os pedestres foram excluídos do espaço gerando uma violência grave, quando se pensa que a mera consideração do aumento do fluxo de pedestres poderia gerar violência. É a violência que usa como argumento defensivo: a violência da exclusão.



**Figura 3: Fórum de Uberlândia, imagem de 2016**

Fonte: Google Maps. Acesso em 15 jul. 2016

Em 2006, os ambulantes da região foram transferidos pela Prefeitura Municipal. Além disso, foi adicionado ao perímetro do Palácio da Justiça um espaço (da Rua João Pessoa e parte da Praça Oswaldo Cruz) para servir de estacionamento em área localizada ao lado da Rua Coronel Antônio Alves, hoje administrado pela OAB Uberlândia.

Como apontado no Inventário (2007, p. 3): “O cercamento de parte da Praça Oswaldo Cruz por grades, para ser usado como estacionamento desarticula o entorno e interfere negativamente na visualização do edifício”. Gonzaga (2009, p. 34) aponta que a Praça Oswaldo Cruz foi cercada para a construção do estacionamento, fazendo com que a Praça perdesse a continuidade desejada e priorizando-se a circulação de veículos.

Assim, foram usadas grades na delimitação do espaço supostamente pertencente ao Fórum e que passou a ser isolado do uso dos transeuntes, ocupando o espaço que era antes público e pensado, pela integração com o prédio do Fórum, como um *locus* coletivo. Elas tomaram uma parcela da Praça Oswaldo Cruz e da Rua João Pessoa (sua continuidade, conforme pode ser visto na Figura abaixo), além de parte da praça Prof. Jacy de Assis.



**Figura 4: Fórum de Uberlândia, imagens de 2016**  
Fonte: Google Street View. Acesso em 15 jul. 2016

Gonzaga (2009, p. 34) aponta que um dos conceitos principais do prédio é a integração entre os meios interno e externo por meio da presença do pátio e da elevação da caixa de concreto, já que ambos visam facilitar o fluxo de pessoas e garantir o livre acesso dos usuários. Porém, com o cercamento da Praça Oswaldo Cruz os pedestres são obrigados a percorrer os limites da praça, além de acessarem o edifício por meio de alguns poucos portões contíguos ao gradil que cerca o edifício.

Atualmente se encontra em construção o novo Fórum de Uberlândia. Após quase quarenta anos de uso, o fórum Abelardo Penna não comporta mais as atividades da Justiça estadual e muitas varas e setores judiciais funcionam em anexos. Além disso, o aumento do tráfego de veículos ao redor do local torna ainda mais caótica a situação.

Mas, apesar de estar em processo de substituição, o edifício mantém sua importância.

Por conseguinte, o Fórum de Uberlândia, hoje, consiste em um importante edifício de grande valor arquitetônico e de memória para a cidade e sua população, localizado no centro comercial desta e rodeado por importantes e movimentadas avenidas. Porém, apesar de todos os aspectos positivos que o envolvem, podem-se constatar vários negativos, como a falta de espaço e adequação às necessidades da Justiça estadual e os problemas gerados no entorno em que está inserido devido ao grande número de pessoas que o utilizam, fatos que fazem com que seja imprescindível, novamente, a mudança do edifício para abrigar a sede do Fórum de Uberlândia. (Gonzaga, 2009, p. 35).

Não se sabe qual destino dera dado ao edifício do fórum Abelardo Penna quando houver a transferência final do prédio para a nova sede.

### **3 REVISÃO DA LITERATURA**

As cidades, sucessoras das aldeias, apresentavam na idade antiga uma configuração diferente da atual: eram cercadas por altas muralhas, tinham sua classe dominante habitando no seu centro, eram compostas por poucas e estreitas ruas, a casa era o mesmo lócus do trabalho (Freitas, 2004, p.17).

Muitos séculos após, a mudança mais substancial em relação à forma urbana se deu com a revolução industrial, que teve início na Inglaterra no século XVIII. Ela se caracterizou pelo reforço do processo de urbanização e, com a formação dos Estados Nacionais foi possível o adensamento populacional em centros urbanos.

Mas é na contemporaneidade que se tem uma inversão: surgem espaços privados fechados, que, como aponta Caldeira (2000, p. 211), decorrem das transformações que criam espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão

separados por tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns. Conforme aponta a autora, são os “Enclaves Fortificados – trata-se de espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. A sua principal justificação é o medo do crime violento” (Caldeira, 2000, p. 211).

Jaenisch (2010, p. 02) aponta como um “sintoma” dessa privatização de espaços o fato de que tanto os condomínios fechados quanto os shopping centers tornaram-se um fenômeno significativo nas cidades brasileiras (especialmente a partir da década de 1980)

Para o autor:

Os altos níveis de violência identificados no período impulsionaram a proliferação destes espaços, e desde então eles vêm progressivamente concentrando as atividades residenciais, comerciais e de lazer, principalmente dos segmentos de maior renda da população urbana.

Fortemente ancorados na garantia da segurança oferecida aos seus moradores e freqüentadores, tanto os condomínios fechados quanto os shopping centers investem em tecnologias sofisticadas que passam por circuitos internos de televisão, guaritas blindadas, alarmes, cercas eletrificadas, detectores de metais para funcionários, além dos serviços de segurança particular. No entanto tudo ainda parece insuficiente. (JAENISCH, 2010, p. 02).

Esta criação de espaços coletivos, mas de uso privado que limita o espaço apenas àqueles reconhecidos como iguais, toma a desigualdade como um valor estruturante. Observa-se assim uma segregação entre os diferentes grupos que compartilham a mesma cidade.

O temor da violência urbana fez com que os espaços como ruas, parques e os bairros centrais passassem a ser reconhecidos pelas elites urbanas como espaços perigosos e degradados que precisam por isso serem evitados.

Novamente se intensificam as fronteiras sociais entre aqueles que podem acessar um aquecido sistema privado que surgiu para suprir tais demandas e os demais, num processo onde obviamente o público passa a ser imediatamente associado à população pobre da cidade. (JAENISCH, 2010, p. 04).

Assim, como se observa no caso em estudo, é comum na contemporaneidade a ideia subjacente de que a heterogeneidade social é algo temerário, gerador de aumento da criminalidade. Há, assim, uma reordenação simbólica do mundo elaborando preconceitos e naturalizando a percepção de certos grupos como perigosos. Ela, de modo simplista, divide o mundo entre o bem e o mal e criminaliza certas categorias sociais (CALDEIRA, 2000, p.10). Foi este o imaginário por trás do discurso do “cercamento” do Forum: o edifício foi fechado por motivo de segurança devido ao aumento do fluxo de pedestres na região.

Como bem apontado por Zaluar (2002), o tema da violência disseminado pelos meios de comunicação bem como no meio acadêmico reduzem a sua explicação à pobreza e à

desigualdade, o que impede o entendimento mais complexo da questão. E são estes pré-conceitos que se quer aqui combater.

Entre os argumentos apresentados por Zaluar e que muito bem se insere aqui como uma falácia da criminalidade é a ideia de que há uma cultura da violência e que ela existe e cresce. Uma dificuldade em prever o comportamento alheio estaria por trás desse argumento. Há assim, um “medo sem direção, isto é, o pânico que prevalece” (Zaluar, 2002, p. 21). Em estudo específico sobre violência e a segregação espacial na cidade de São Paulo Pastana (2011) aponta que:

Atualmente o problema social da violência urbana torna-se secundário diante de um problema ainda mais pungente que é o medo generalizado e exacerbado do crime. O medo associado à criminalidade nas metrópoles como São Paulo tornou-se um problema que se incorporou ao *modus vivendi* da população urbana. É hoje um assunto valorizado pela imprensa e pelas autoridades, determinando mudanças no comportamento e hábitos sociais.

Além de alterar a dinâmica social, o medo produz outros fenômenos correlatos: crescimento visível das empresas privadas de vigilância, elevada quantidade de armas de fogo em circulação, êxodo de zonas e regiões onde o risco de se transitar sozinho pressupõe-se elevado, além de demais mecanismos de autoproteção. Diante disso, os indivíduos e as instituições moldam seus comportamentos à nova realidade e reorientam-se para conviver com o medo e a insegurança, sob a tensão e a expectativa de serem vítimas de ofensas criminais. (Pastana, 2011, p. 3).

A discussão não é recente. Em Foucault<sup>5</sup> (1987) já se percebe o destaque dado ao potencial controlador de comportamentos através da separação espacial e segregação. Em sua análise do panóptico de Bentham, aponta que:

O Panóptico funciona como uma espécie de laboratório de poder. Graças a seus mecanismos de observação, ganha em eficácia e em capacidade de penetração no comportamento dos homens; um aumento de saber vem se implantar em todas as frentes do poder, descobrindo objetos que devem ser conhecidos em todas as superfícies onde este se exerça (Foucault, 1987, p. 228).

Ainda que se trate da situação prisional, não é recente a ideia de que poder vigiar, cercar e delimitar espaços parece ser uma forma considerada “eficiente para se controlar o comportamento social, em especial a criminalidade. A segregação se origina na noção de que muitos dos ocupantes da cidade acabam por não ser reconhecidos como tal. Assim:

O processo de transformação do espaço urbano gera conflitos pautados na desigualdade social na medida em que nem todos os ocupantes da cidade são reconhecidos como atores da produção e reprodução espacial, pois sempre que ocorre algum ordenamento territorial, os habitantes são considerados como usuários

---

<sup>5</sup> Foucault, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p.

dos serviços e equipamentos urbanos, mas nunca é concebida a sua cidadania pela participação enquanto ator do processo. (ROCHA, 2011, p. 04)

Importante notar mais um aspecto relevante no processo de fechamento do espaço público ao redor do Fórum: boa parte do espaço foi transformado em um estacionamento, explorado pela Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Uberlândia. Explicitamente, o que se teve foi um processo de privatização do espaço público cujas facetas na contemporaneidade são múltiplas: vão desde o fechamento de parques e ruas para a realização de feiras à privatização da segurança. Como aponta Garland (2008, p. 63), “Um dos princípios mais interessantes deste novo conjunto de práticas preventivas é que ele transcende a linha divisória entre o público e o privado, e estende os contornos do controle do crime oficial para muito além das fronteiras institucionais do Estado”.

Freitas (2004) analisa criticamente a questão afirmando que:

“Neste processo de privatização geral, sobra para os mais pobres um sistema de saúde e previdência que os demais já substituíram por planos de saúde privados e previdência privada e/ou fundacional, que são muito superiores em qualidades e vantagens. Também sobra para os mais pobres uma escola pública deteriorada pela falta de professores e investimento. A classe média, que no passado tinha seus filhos ocupando as carteiras de escola pública, hoje se vale do ensino privado, reconhecidamente de melhor qualidade. Os menos favorecidos têm à sua disposição áreas públicas para o seu lazer que, além de não serem muitas, pouco oferecem ao contrário dos clubes, dentro ou fora dos condomínios, parques temáticos e outras formas de lazer pago que estão disponíveis aos que estão melhor situados na escala social e econômica.

Vê-se, assim, que a forma de ocupação dos espaços da cidade está diretamente relacionada às interações sociais que neles ocorrem, que, a seu turno, estão relacionadas tantas vezes sutil e sempre complexamente, à política e ideologia preponderante. (FREITAS, 2004, p. 132)

Outro aspecto da violência constante da literatura merece destaque: é a negação do lugar gerada pela sensação de insegurança. Cerqueira (2013, p. 08) afirma que a insegurança no espaço urbano contribui para a reprodução da interiorização da convivência. Assim, são erguidas barreiras físicas, segregando as áreas e funções. A influência da segurança na apropriação dos espaços urbanos aparece em maior grau nas grandes metrópoles. Assim:

O processo de “auto-segregação” acentua disparidades sociais ao acrescentar uma barreira física entre o “rico” e o “pobre”. De acordo com Rocha e Mariano da Silva, (2008, s/p.) “a segregação é uma tendência da estruturação do espaço ligada à concentração de pessoas por camadas sociais”. Seguindo essa tendência, os espaços públicos estão se tornando privados, seja por atender a uma demanda da população na busca por segurança ou por obedecer a lógica de mercado tornando-se espetáculos “desapropriados”. São praças gradeadas, ruas fechadas ou barreiras simbólicas que intimidam a população e desconstroem o acesso e a apropriação desses espaços. A hesitação ao “outro” e a busca pela sensação de segurança,

aliados a um alto poder aquisitivo chega, atualmente, a definir bairros nas grandes cidades. Se, para a classe média, a estratégia de marketing imobiliário explora os condomínios fechados, para as classes mais altas explora-se o “bairro” fechado e planejado para prover segurança não só na moradia. O controle não se restringe mais ao “habitar”. Esses empreendimentos incluem unidades comerciais, escritórios, shoppings e escolas. Pode-se “viver com segurança” todos os aspectos do cotidiano urbano como a moradia, o trabalho, a educação, o lazer.

O processo de “auto-segregação” vivenciado nas grandes cidades reflete a escolha de viver cada vez menos os ambientes urbanos. A discussão sobre o processo de “auto-segregação” apresenta sempre a busca pela sensação de segurança como uma das motivações para tal. Caldeira (2000), em estudo do fenômeno na urbanização brasileira, coloca a violência como determinante nesse processo de interiorização da vida. A negação ao espaço público é apenas uma das consequências geradas por essa nova configuração. (CERQUEIRA, 2013, p. 10-11).

O fechamento do Fórum restringiu o acesso público que, como já apresentado, contradiz o projeto que liberava o espaço para a circulação de pedestres. O medo da violência faz com que o espaço seja cercado e sua privatização, por sua vez, exclui ainda mais a população que poderia usufruir o espaço público, além de criar um espaço agressivo, um corredor estreito e desconfortável aos cidadãos que se encaminham para o terminal de ônibus. É o medo da violência que gera a violência da exclusão.

#### **4 CONCLUSÕES**

Segurança ou segregação? Não parece ser esta a questão fundamental quando se opta por cercar um espaço público, apropriando-se dele e excluindo a população já marginalizada de usufruir do espaço. Como se observa, a privatização dos espaços públicos não é a saída para a falta de segurança. Sempre se tem a opção de realizar um debate democrático e utilizar o espaço de forma a incluir a população. Assim, o debate permaneceria na perspectiva de criação da cidade da igualdade e da justiça.

Observa-se que a atual configuração do Fórum Abelardo Pena fomenta a segregação física para se colocar a salvo um público que fica alheia à diversidade. Ademais, criou um espaço exclusivo, para uso do Judiciário e dos poucos que podem compartilhar desse benefício. É esse o custo de com o custo da formação de formas urbanas cada vez mais cercadas e individualizadas.

Há ainda de se questionar o papel do Judiciário neste quesito: ele é indispensável como órgão de acesso à justiça e, inclusive, e não pode se manter refém de um processo que vise à segurança de maneira pouco debatida e, quiçá, a margem de outras soluções como o uso de uma iluminação adequada e, principalmente pela democratização do seu espaço. O acesso à justiça é indispensável e isso deve ser refletido também no âmbito simbólico não apenas no litigioso. Incluir parece uma das maneiras de evitar a segregação e o sentimento de violência e isso não foi observado no caso em estudo. Se teleologicamente optamos por prezar

pela igualdade, então a equidade de uso do espaço deve também ser fundamento na definição de espaços comuns, especialmente os públicos. É esse o “limite” da apropriação, especialmente quando o debate incide sobre a segurança que depende de outros instrumentos para ser mantida – e não da segregação espacial.

Acima de tudo vale destacar que a criminalidade e a sensação de insegurança não pode significar uma desvinculação com o lugar. Viver o espaço urbano é fundamental e a transferência do Fórum para o novo espaço que está sendo construído não pode se tornar símbolo do abandono de um espaço que é historicamente importante.

Apesar deste risco há, contudo, uma última esperança: a nova transferência do Fórum para outro edifício pode permitir que se discuta a substituição do espaço ora cercado por um de uso público. Isso será possível utilizando-se o edifício existente como, por exemplo, Centro Cultural, biblioteca, etc. Quem sabe dessa forma se possa redimir da exclusão gerada pelos quase 20 anos de “privatização” do espaço público.

## 5 REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Cristiane. **A sobrevivência do Fundinho**. Revista Eletrônica Documentação História, setembro de 2005, ano I, nº 05. In: <<http://www.dochis.arq.br/htm/numero/num05.html>>. Acesso em: 10. Abr. 2016.

ARANTES, Jerônimo. **Cidade dos Sonhos Meus: Memória Histórica de Uberlândia**. Uberlândia: Edufu, 2003.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 2ª Edição São Paulo; Editora 34, 2003.

CAPPELLO, Maria Beatriz Camargo; PAIVA, Kauê Felipe. **O Fórum de Uberlândia. “Brutalismo Paulista” em Minas? X SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL ARQUITETURA MODERNA E INTERNACIONAL: conexões brutalistas 1955-75** Curitiba. 15-18. out. 2013 – PUCPR. Disponível em: [http://www.docomomo.org.br/seminario%2010%20pdfs/OBR\\_58.pdf](http://www.docomomo.org.br/seminario%2010%20pdfs/OBR_58.pdf). Acesso em 10 jul. 2016.

CERQUEIRA, Y. M. S. F.. **Violência e Apropriação do Espaço Urbano: Criminalidade, Sensação de Insegurança e “Desvinculação” do Lugar**. In: XV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2013, Recife. Desenvolvimento, Planejamento e Governança, 2013. Disponível em: <http://www.ppgau.ufba.br/urbicentros/2012/ST133.pdf>. Acesso em 12 set. 2016.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987.

FREITAS, Wagner Cinelli de Paula. **Espaço Urbano e Criminalidade – Lições da Escola de Chicago**. São Paulo: Editora Método, 2004.

GARLAND, David. **A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2008.

GONZAGA, Virgínia Afonso Garcia. **Fórum de Uberlândia-MG**. Introdução ao Trabalho Final de Graduação. Uberlândia, 2009.

GUERRA, Maria Eliza Alves. “**Trajatória Profissional de J.J. Coury e a Difusão do Ideário Moderno Arquitetônico no Triângulo Mineiro**”. URBANA Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, v.5, n 7 (2013). Dossiê Urbanistas e urbanismo: a escrita da história como campo de investigação.

JAENISCH, Samuel Thomas. **Entre cercas, muros e alarmes: sobre o medo da violência urbana e a criação de espaços segregados na cidade**. II Simpósio Internacional Diálogos da Contemporaneidade, organizado pelo Centro Universitário Univates, setembro de 2010. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/gpit/wp-content/uploads/2011/04/jaenisch-samuel-entre-cercas-muros-e-alarmes.pdf>. Acesso em 12 de set. de 2016.

PASTANA, Debora Regina. **Medo, controle e segregação espacial: reflexões sobre a Configuração urbana da cidade de São Paulo no atual estágio da modernidade**. In v. 1, n. 1 (2011): Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFES. Disponível em: Acesso em 10 jul. 2016

ROCHA, Altemar Amaral. **A produção do espaço, segregação residencial e desigualdades sociais na morfologia urbana das cidades brasileiras**. 2011: II Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia. Disponível em: [http://www.uesb.br/eventos/simposio\\_cidades/anais/artigos/eixo7/7b.pdf](http://www.uesb.br/eventos/simposio_cidades/anais/artigos/eixo7/7b.pdf). Acesso em 12 set. 2016.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e Urbanização**. Disponível em: [http://www.faed.udesc.br/arquivos/id\\_submenu/1415/capitalismo\\_e\\_urbanizacao\\_\\_\\_maria\\_encarnacao\\_beltrao\\_sposito\\_\\_pdf\\_rev.pdf](http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1415/capitalismo_e_urbanizacao___maria_encarnacao_beltrao_sposito__pdf_rev.pdf). Acesso em: 02 jul. 2016.

UBERLANDIA. **Inventário de Proteção do Acervo Cultural**. Palácio da Justiça Abelardo Penna. Disponível em: [http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms\\_b\\_arquivos/5537.pdf](http://www.uberlandia.mg.gov.br/uploads/cms_b_arquivos/5537.pdf). Acesso em: 15 abr. 2016.

ZALUAR, Alba. **Oito temas para debate: violência e segurança pública**. Sociologia, Problemas e Práticas [online]. 2002, n.38 [citado 2016-07-10], pp.19-24. Disponível em: <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0873-65292002000100003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292002000100003&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 0873-6529.